

HABEAS CORPUS Nº 490.803 - RR (2019/0024440-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MAURO SILVA DE CASTRO
ADVOGADO : MAURO SILVA DE CASTRO - RR000210
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
PACIENTE : ADRIANY DA SILVA MACIEL (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ARIANY DA SILVA MACIEL, apontando como Autoridade Coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

Consta dos autos que a Paciente foi denunciada como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, porque, no dia 20/07/2017, foi presa em flagrante delito por ter em depósito, para fins de comércio ilícito, **434,7g de cocaína e 498,3g de maconha**. Finda a instrução criminal, foi condenada às penas de 09 (nove) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e 900 (novecentos) dias-multa, vedado o apelo em liberdade.

Irresignada, a Defesa interpôs recurso de apelação e, posteriormente, apresentou pedido de prisão domiciliar, formulado com base no *Habeas Corpus* coletivo n.º 143.641 do Supremo Tribunal Federal.

Informa a Defesa que, no dia 26/11/2018, foi intimada para juntar os documentos hábeis à comprovação dos requisitos previstos no art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal, os quais foram juntados em 15/12/2018. Então, os autos foram remetidos ao Ministério Público estadual e, até a presente data, não foram devolvidos.

Neste *writ*, alega que a demora para a análise do pedido de prisão domiciliar é injustificável, "*não sendo lógico, nem razoável que a Paciente tivesse que aguardar encarcerada um parecer do MP sobre a conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar, se, com o julgamento do apelo, que pode acontecer num prazo ainda dilatado, ela já pode vir a ser beneficiada*" (fl. 07).

Requer, em liminar e no mérito, "*seja determinada a revogação da prisão preventiva imposta à paciente e a concessão de prisão domiciliar, nos termos do art.*

318,V, do CPP" (fl. 07).

Caso assim não se entenda, pede "*seja concedido, em menor extensão, a ordem, a fim de determinar que imediatamente o TJ-RR julgue o pedido de conversão da prisão requerido pela Paciente em 13.12.2018, ainda que sem o parecer ministerial anexado*" (fl. 07).

O Ministro Presidente desta Corte, durante o plantão judiciário, solicitou as informações da Autoridade Impetrada para, após, apreciar o pedido liminar.

Informações prestadas às fls. 89-215.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia isenta de dúvidas.

No caso, ao menos por ora, não se constata a existência de flagrante ilegalidade apta a ensejar a concessão do pleito liminar, tendo em vista que, segundo esclareceu a Autoridade Impetrada, o feito segue o trâmite regular. Desse modo, reservo ao órgão colegiado, em momento oportuno, o pronunciamento definitivo sobre a matéria.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora